

<b>NOME DA ENTIDADE:</b>	
<b>TÍTULO DO PROJETO:</b>	
<b>MODALIDADE:</b>	
<b>RESPONSÁVEL PELA MODALIDADE:</b>	
<b>TELEFONE:</b>	<b>EMAIL:</b>
SOCIAL ( ) ESPORTE DE COMPETIÇÃO - FESPORTE ( )	
JASC ( ) JESC ( ) PARAJASC ( ) PARAJESC ( ) OLESC ( ) JOGUINHOS ( ) ESCOLARES ( )	
JASTI ( ) OUTROS ( ) _____	
MASCULINO ( ) FEMININO ( )	

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONVÊNIO COM FME**

<b>nº</b>	<b>S</b>	<b>N</b>	<b>Descrição</b>
1			Ofício dirigido ao Prefeito Municipal, solicitando a subvenção com a devida justificativa do pedido;
2			Cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que Reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de interesse Público instituídas na forma da Lei Federal nº 9.790, de 1999, e cópia da Lei quando houver;
3			Cópia do cartão do CNPJ atualizado;
4			Cópia do estatuto e do extrato de sua publicação em Diário Oficial da União, Estado ou Município;
5			Cópia das alterações estatutárias, quando houver;
6			Cópia da ata de posse da última diretoria, devidamente registrada no cartório competente;
7			Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;
8			Cópia autenticada do RG e do Cadastro de Pessoa Física do Presidente da entidade;
9			Certidão do Registro e Arquivamento dos Atos Constitutivos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas com validade anual;
10			Prova de funcionamento Regular da Instituição, mediante atestado expedido por órgão Estadual ou Municipal de Desenvolvimento Social, de Saúde, Educação, Cultural ou de autoridade legalmente constituída;
11			Preenchimento do formulário "Dados Cadastrais". (Anexo - 01, parte integrante deste Decreto)
12			Certidão Negativa de Débito Tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal;
13			Certidão de Quitação de tributos e Contribuições Federais e Certidão quanto à Dívida Ativa da União Conjunta e Prova de Regularidade Relativa a Seguridade Social - INSS
14			Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual;
15			Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS
16			Certidão de Débito Trabalhista;
17			Comprovação de abertura ou de existência de conta corrente na CEF com a finalidade específica para movimentação dos recursos públicos em nome da instituição;
18			Declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXII, da CF de 1988. ( Anexo - 03, parte integrante deste Decreto);
19			Declaração expressa do responsável pela utilização dos recursos, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual e Municipal (Anexo 04, parte integrante deste Decreto)
20			Declaração de atendimento ao inciso V, do art. 9º, da Lei Municipal nº 5.454, de 1998. (Anexo 06 - parte integrante deste Decreto);